



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2022/FMS/SMS/PMVR

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MEI/ME/EPP

1- DA INTRODUÇÃO:

- 1.1- O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde/PMVR, inscrito no CNPJ nº 39.563.911/0001-62, com endereço na Rua São João Batista, nº 35, Bairro Niterói, Volta Redonda/RJ, mediante o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 125/2022/FMS/SMS/PMVR, atendendo requisitos do Processo Administrativo nº 1921/2022/FMS/SMS/PMVR, torna público que, será realizada licitação do tipo MENOR PREÇO, critério de julgamento GLOBAL, modo de disputa ABERTO E FECHADO, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, que será regida pela Lei Federal n.º 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº 15.893/2019, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei Municipal 4.929/2013, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais, e disposto no presente Edital;
- 1.2- A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, no dia e hora indicadas neste Edital e conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio de sua equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe;
- 1.3- O Edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, podendo, alternativamente, ser impresso no site <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/transparencia/mod/licitacao/consulta/>.

2 - DO OBJETO:

2.1- O objeto deste pregão eletrônico é a prestação dos serviços de higienização, limpeza e desinfecção química de caixas d'água e reservatórios, nas unidades pertencentes a esta Secretaria Municipal de Saúde, com habilitação para limpeza em altura e em espaços confinados, incluindo o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos de limpeza e os equipamentos necessários para a execução do serviço, emissão de laudo técnico que comprove a execução do serviço e produtos utilizados, conforme especificações constantes no Anexo 01, Termo de Referência, deste edital.

2.2 - Os serviços objeto desta licitação deverão ser prestados durante o período de 12 (doze) meses;

3- DO PREÇO MÁXIMO ESTIMADO PARA PROPOSTA:

3.1 O preço máximo que a Administração se propõe a pagar no objeto deste edital é de R\$ 48.877,06 (quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e sete reais e seis centavos) , acima do qual, as propostas serão desclassificadas, nos termos do Artigo 40, Inciso X, c/c o Artigo 48, Inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;



3.2 O preço máximo unitário admitido pela Administração encontra-se fixado no Termo de Referência, Anexo 01, deste Edital.

3.3 Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, conforme disposto no § 1º do art. 2º da Lei 10.192 de 2001.

4- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1-Os recursos necessários para aquisição dos produtos, objeto desta licitação correrão à conta da dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, a seguir:

50.01.10.301.1113.6501

5- DAS DATAS DOS EVENTOS:

| EVENTOS/DADOS | DIA | MÊS | ANO | HORÁRIO |
|---|--|-----|------|------------------|
| INÍCIO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: | 18 | 10 | 2022 | 09:00 |
| PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO / ESCLARECIMENTO | 27 | 10 | 2022 | Até as 17:00h |
| DATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO: | 04 | 11 | 2022 | 09:00 |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO: | www.comprasnet.com.br | | | |
| NÚMERO DO UASG DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SMS/PMVR: | 926850 | | | |
| TELEFONE: | 24-3339-9665 | | | |
| E-MAIL: | licitacao18cpl.fms@gmail.com | | | |

5.1 Ocorrendo ponto facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação;

5.2 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos interpostos após o término do expediente do último dia para interposição, ou seja, após as 17:00 horas, serão considerados intempestivos;

5.3 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

6- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

6.1 Poderão participar desta licitação interessados que atuem em ramo pertinente e compatível com o objeto deste Pregão, e possuam todos os documentos necessários para o desempenho regular da atividade, devendo ser comprovado pelo ato constitutivo, estatuto ou contrato social, podendo ser exigidos documentos complementares;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 6.2 Poderão participar desta licitação, exclusivamente, as Microempresas/ME e Empresas de Pequeno Porte/EPP, assim como o Microempreendedor Individual, em conformidade com o que estabelece a Lei Complementar nº 123/2006;
- 6.3 6.2 A licitante deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º; como requisito para a participação no certame. Na hipótese de não atendimento a este item, não será concedido ao licitante MEI/ME/EPP o tratamento diferenciado (Lei 123/06);
- 6.4 NÃO poderão participar deste Pregão:
- 6.3.1 Sociedades empresariais declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública durante o prazo da sanção aplicada;
 - 6.3.2 Sociedade empresariais suspensas de participar de licitação e impedidas de contratar com o Município de Volta Redonda durante o período da sanção aplicada;
 - 6.3.3 Sociedade empresarial cujo o ato constitutivo, estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão;
 - 6.3.4 Sociedade empresarial em processo de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, cisão ou incorporação;
 - 6.3.5 Empresas reunidas em consórcios;
 - 6.3.6 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim consideradas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que tiverem recursos humanos, materiais ou tecnológicos em comum;
- 6.5 O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar perante a Administração; nem mesmo de declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

7- DO CREDENCIAMENTO:



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao COMPRASNET, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão, e que:

- 7.1.1 Atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, constante do item 15 deste Edital, e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site www.comprasnet.gov.br <<http://www.comprasnet.gov.br>> e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório de notas e ofício competente;
- 7.1.2 Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores/SICAF, nos termos do § 1º do art. 1º do Decreto 3.722/2001, publicado no D.O.U. de 10/01/2001 (válido só para empresas nacionais);
- 7.1.3 As empresas não cadastradas no SICAF que tiverem interesse em participar do presente Pregão Eletrônico, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos Órgãos da Administração Pública (SICAF DIGITAL);
- 7.1.4 As empresas estrangeiras deverão solicitar o seu credenciamento diretamente no COMPRASNET, até 3 (três) dias úteis antes da abertura da sessão. Para seu credenciamento deverão fornecer: nome, endereço físico, telefone e endereço eletrônico (e-mail);
- 7.1.5 Como requisito para participação nesta licitação o licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do Anexo 01, Termo de Referência, deste Edital. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;
- 7.1.6 O credenciamento do licitante junto ao COMPRASNET implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8- DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS:

8.1 A participação nesta licitação dar-se-á por meio da conexão do licitante ao COMPRASNET, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- COMPRASNET, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme item 6 deste edital;
- 8.2 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no COMPRASNET, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;
- 8.3 Como requisito para a participação nesta licitação, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do COMPRASNET, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

9 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

- 9.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e o horário da abertura da sessão pública;
- 9.2 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente apresentados;
- 9.3 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa, conforme modelo do Anexo 2 deste Edital, somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final, devendo constar:
- 9.3.1 O número do item, a quantidade, a unidade, a especificação, fabricante e/ou marca, o preço unitário e total com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula;
 - 9.3.2 As condições de execução e pagamento atenderão ao disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital
 - 9.3.3 Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data de realiação da sessão pública do pregão;
- 9.4 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta de preços, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Administração, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo;
- 9.5 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item de material constante do objeto desta licitação;
- 9.6 A proposta de preços deverá ser feita em moeda corrente nacional, englobando todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto, tais como: mão-de-obra, materiais, equipamentos, carga e descarga, frete, estadia e alimentação dos funcionários, se for o caso, impostos, taxas ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, bem como o lucro.



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 9.7 A licitante deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º;
- 9.8 Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível. Só serão aceitas propostas ofertadas com duas casas decimais após a vírgula, de acordo com o nosso sistema financeiro vigente, as demais casas serão desconsideradas;
- 9.9 A proposta de preços deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital;

10- DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, DO ENVIO DE LANCES E MODO DE DISPUTA:

- 10.1 A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do COMPRASNET, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;
- 10.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital;
- 10.3 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes;
- 10.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro;
- 10.5 Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lance;
- 10.6 Durante a sessão pública a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes se fará exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do Sistema Eletrônico denominado CHAT;
- 10.7 Caberá ao licitante acompanhar as operações no COMPRASNET durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- 10.8 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema;
- 10.9 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 10.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 10.11 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance;
- 10.12 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;
- 10.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação;
- 10.14 O Modo de disputa utilizado será o aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos;
- 10.15 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances;
- 10.16 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 3;
- 10.17 Encerrado o prazo previsto no item 10.14, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada;
- 10.18 Encerrado o prazo que trata o item 10.17, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo;
- 10.19 Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 10.18, os autores dos melhores lances subseqüentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo;
- 10.20 Encerrado os prazos estabelecidos nos itens 10.18 e 10.19, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;
- 10.21 Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 10.18 e 10.19, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o



| | |
|------------|-------|
| Processo | Folha |
| 1921/22 | |
| CPL | |

máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 10.20;

- 10.22 Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda as exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 10.21.

11- DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

- 11.1 O julgamento das propostas obedecerá ao critério de menor preço GLOBAL, observadas as regras deste Edital;
- 11.2 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total de cada item, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula;
- 11.3 O sistema informará o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, cabendo decisão, pelo pregoeiro, acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando a sua redução;
- 11.4 A negociação será realizada por meio do sistema Compras.gov.br-SIASG, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes;
- 11.5 As ofertas dos licitantes não poderão ultrapassar o limite dos preços unitários de cada item, estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I deste edital I, sob pena de desclassificação da proposta de preços, ainda que o valor global da proposta esteja menor;
- 11.6 O licitante terá o prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta readequada e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação;
- 11.7 Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte nos termos da Lei nº 9.317/96 e a sua sucessora Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 11.8 Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- 11.9 Para efeito do disposto no subitem acima, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- I- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
 - II- Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 11.8, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
 - III- No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem enquadradas no subitem 13.6.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
 - IV- Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 11.8, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
 - V- O disposto neste subitem somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
 - VI- A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 11.10 A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá informar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006;
- 11.11 A falsidade das declarações prestadas pela licitante, visando usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, poderá caracterizar crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras formas penais e das sanções administrativas previstas no edital e na legislação reguladora da matéria, mediante o devido processo legal, que implicará, também, na inabilitação do licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação;
- 11.12 O empate entre dois ou mais licitantes somente ocorrerá quando houver igualdade de preços entre as propostas de preços e quando não houver lances para definir o desempate;
- 11.13 Persistindo empate entre as propostas, decidir-se-á com base na ordem cronológica da proposta ou do lance. Se ainda assim subsistir empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas;



- 11.14 Após o encerramento das etapas anteriores, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante mais bem classificada para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes previstas neste edital;
- 11.15 O Pregoeiro anunciará a licitante detentora da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação da proposta ou do lance de menor valor;
- 11.16 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital;
- 11.17 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem imediatamente anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço;
- 11.18 O sistema gerará ata circunstanciada da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br;
- 11.19 A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas de preços.

12- DA ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

- 12.1 Será vencedora do certame a licitante que ofertar o menor preço GLOBAL o qual deverá ser igual ou inferior ao disposto cláusula 03 e que atenda as condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste edital, onde constam os quantitativos, preços unitários e valores máximos admitidos, e à compatibilidade da proposta com a especificação técnica do objeto.
- 12.2 O pregoeiro em caso de dúvida à respeito de entendimento de questões jurídicas ou de especificações técnicas do objeto poderá ser assessorado tecnicamente para orientar sua decisão na aceitabilidade das propostas.
- 12.3 Em caso de dúvida entre a especificação técnica do objeto contida no termo de referência e o ofertado, o fornecedor poderá ser instado a fornecer uma amostra do produto.

13- DA HABILITAÇÃO:

13.1 REGRAS GERAIS:

- 13.1.1 Não será exigido anexar junto com a proposta os documentos de habilitação que estejam contemplados pelo SICAF ou ainda pelo Certificado Do Registro Cadasstral da Central Geral de Compras da Prefeitura Municipal



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

de Volta Redonda (devidamente anexado na documentação de habilitação junto com a proposta), e certidões para as quais hajam disponibilidade de consulta nos sítios eletrônicos oficiais;

- 13.1.2 Caso haja necessidade, o pregoeiro poderá solicitar via chat o envio de documentos complementares pelo correio, somente através de SEDEX, ficando o fornecedor obrigado a enviar imediatamente após a postagem o comprovante (código de rastreio) para o email citado na cláusula 5, valendo a data da postagem para comprovação da tempestividade OU pessoalmente no protocolo da CPL-COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO no seguinte endereço: Rua São João Batista, nº 35, Bairro Niterói, Volta Redonda/RJ, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação;
- 13.1.3 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
 - c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
 - d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
 - e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP.
- 13.1.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;
- 13.1.5 Caso a licitante conste em qualquer um dos cadastros mencionados nas alíneas acima, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor ou contratação futura, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição;
- 13.1.6 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pelo Ordenador de Despesas na hipótese de existência de recursos;

13.1.7 Se a licitante desatender às exigências previstas neste item, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

13.1.8 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.2 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

13.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;
- b) Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>;
- e) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração, Lei Federal nº 10.406/2002;
- h) Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

13.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

13.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) acompanhado do Quadro de Sócios e Administradores;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do artigo 11, da Lei nº 8.212, de 1991;
 - c.2) Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e da Procuradoria Geral do Estado com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa, quando for o caso;
 - c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, apresentação da Certidão Negativa de Débitos com relação ao IPTU, e da Procuradoria Geral do Município com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa, quando for o caso;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 13.3.2 Na hipótese de tratar-se de Microempreendedor Individual/MEI, Microempresa/ME e de Empresa de Pequeno Porte/EPP, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação;
- 13.3.3 Os Microempreendedores Individuais/MEI, Microempresas/ME e Empresas de Pequeno Porte/EPP deverão apresentar os documentos de Regularidade Fiscal e Trabalhista, mesmo que apresentem alguma restrição;
- 13.3.3.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Edital, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 13.3.3.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 13.3.3.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666/1993, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirar a nota de empenho e/ou assinar o contrato, ou revogar a licitação.

13.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 13.4.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial;
- 13.4.2 Após 30 (trinta) de Abril, serão considerados validos, para fins de licitação, apenas o balanço patrimonial do ano anterior, sendo que se adotado a escrituração contábil digital, as empresas vinculadas ao SPED



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

só estarão obrigadas a apresentar o balanço do ano anterior após o último dia útil do mês de maio.

- 13.4.3 O MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial;
- 13.4.4 A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário;
- 13.4.5 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham os seguintes documentos:
- 13.4.6 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;
- 13.4.7 Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário que deverá ser devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente:
- 13.4.8 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência mediante a apresentação do balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado conforme o caso.
- 13.4.9 Comprovação de boa situação financeira da empresa será feita por meio do cálculo dos índices contábeis referentes a liquidez geral (LG) liquidez corrente (LC) e solvência geral (SG) os quais deverão ser igual ou superiores a 1,0 (um), a saber:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 13.4.10 A licitante que evidenciar índices contábeis inferiores a 1 (um), poderá alternativamente comprovar a capacidade econômico – financeira possuindo patrimônio líquido igual ou superior a 10 % (dez por cento) do valor estipulado para contratação;
- 13.4.11 Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão não antecedente a 90 (noventa) dias;
- 13.4.12 As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar no momento da habilitação o plano de recuperação homologado pelo juízo competente, na forma dos arts. 58 e 165 da Lei 11.101/2005;
- 13.4.13 Ficam dispensadas da apresentação da certidão do item 13.4.11, as empresas sediadas nos Estados onde a certidão de falência é emitida pelo Tribunal de Justiça e engloba a distribuição em todas as comarcas do Estado

13.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 13.5.1 Prova de capacidade técnica, mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando fornecimento de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste edital.
- 13.5.1.1 A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) ser datado(s) e assinado(s) por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo em exercício na entidade/empresa, bem como dados para eventual contato.
- 13.5.2 Empresa deve ser credenciada junto ao Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, ou o seu correspondente, mediante apresentação de licença ou alvará, para a execução de serviços dessa natureza.

13.6 DECLARAÇÕES DA LICITANTE:

- 13.6.1 Relativa ao cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo 03 deste Edital, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 13.6.2 Relativa a Elaboração Independente de Proposta, conforme modelo do Anexo 04 deste Edital.
- 13.6.3 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada em Cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro;
- 13.6.4 Não serão aceitos protocolos de requerimentos, certidões ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;
- 13.6.5 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente;
- 13.6.6 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

14 - DOS RECURSOS:

- 14.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do COMPRASNET, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro;
- 14.2 A falta de manifestação do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor;
- 14.3 As razões e contrarrazões do recurso poderão, facultativamente, ser enviadas para o e-mail discriminado na cláusula 5, com posterior envio do original, desde que observado, quanto a este último, o prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir da declaração de vencedor do certame para o recebimento do original;
- 14.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o subitem 14.1 deste Edital;
- 14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 14.6 As razões de recursos serão dirigidas à autoridade superior por intermédio do Pregoeiro que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, poderá reconsiderar sua decisão ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão final.

15- DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

- 15.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos interpostos;
- 15.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16 – DA CONTRATAÇÃO:

- 16.1 Após homologada a licitação a licitante vencedora do certame será convocada, para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, sob pena de decair o direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
- 16.2 Se o valor decorrente do quantitativo solicitado for superior ao limite estabelecido na alínea "a", do inciso II do art. 23 da Lei 8.66/93 será obrigatório o termo de contrato, caso o valor seja inferior a nota de empenho substituirá o contrato, conforme disposto no art. 62 da lei 8.666/93.
- 16.3 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela empresa, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 16.4 Por ocasião da assinatura do contrato ou da emissão da nota de empenho, será verificado se a empresa mantém as condições de habilitação.

17- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 17.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Volta Redonda pelo prazo de 03 (três) anos o licitante que no curso do certame praticar as infrações administrativas:
- a. Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
 - b. Não mantiver a proposta apresentada, salvo em decorrência de fato superviniente justificado e aceito pela Administração;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- c. Recusar sem justificativa aceita pela Administração, assinar o contrato dentro do prazo estipulado no edital;
- 17.2 Será declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos o licitante que no curso da licitação praticar as infrações administrativas:
- d. Fizer declaração falsa durante a licitação;
 - e. Apresentar documentação falsa exigida no certame;
 - f. Fraudar a licitação com intuito de obter vantagem para si ou outros;
- 17.3 Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá a Contratante, garantida o contraditório e ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades administrativas:
- 17.3.1 Advertência na hipótese de execução irregular do contrato que não resulte prejuízo para a Administração.
- 17.3.2 Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parcela do contrato não executada, por dia que exceder o prazo previsto para entrega do objeto.
- 17.3.3 Multa administrativa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial ou total do contrato aplicada sobre o valor da parcela do contrato não executada.
- 17.3.4 Suspensão temporária para licitar ou contratar com o município de Volta Redonda pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.
- 17.3.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso de fraude fiscal.
- 17.4 A aplicação das penalidades garantida a ampla defesa e o contraditório, no respectivo processo, é de competência exclusiva da autoridade competente;
- 17.5 Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa, cobrança indevida ou impedimento de contratar com a administração; e de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de declaração de inidoneidade;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

- 17.6 As penalidades previstas são autônomas e suas possíveis aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 8.666/93;

18- DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:

- 18.1 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos ou formular impugnações acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 3 (três) dias úteis anteriores à abertura da sessão mediante confirmação de recebimento, no e-mail indicado no item 6 (seis) deste Edital, contendo as seguintes informações: razão social da empresa, nome completo da Pessoa Física no corpo do email, CNPJ/CPF, telefone para contato, nome do responsável pela empresa ou de quem solicitar a informação;
- 18.2 Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e, quando necessário pela equipe técnica, podendo ainda requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e anexos quando necessário, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido;
- 18.3 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e no sítio do município <http://www2.voltaredonda.rj.gov.br/transparencia/mod/licitacao/consulta/>, e vincularão os participantes e a administração, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 19.1 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/93, assegurado o direito de defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação;
- 19.2 A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que a tiver apresentado ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato ou o seu termo substituto, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;



- 19.3 É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta;
- 19.4 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 19.5 As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-la no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;
- 19.6 Qualquer divergência entre o Edital e o Sistema, prevalecerá o Edital;
- 19.7 As retificações deste Edital, serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas;

20- DOS ANEXOS:

20.1 Integram este edital os seguintes anexos:

| | | |
|--------|----------|---|
| 20.1.1 | ANEXO 01 | TERMO DE REFERÊNCIA |
| 20.1.2 | ANEXO 02 | MODELO DE PROPOSTA. |
| 20.1.3 | ANEXO 03 | MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. |
| 20.1.4 | ANEXO 04 | MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA. |
| 20.1.5 | ANEXO 05 | MINUTA DE CONTRATO |

21- DO FORO:

21.1 Para dirimir quaisquer dúvidas deste instrumento, que não possam ser solucionados administrativamente, fica eleito o Foro da cidade de Volta Redonda/RJ, excuído qualquer outro.

Volta Redonda, 17 de outubro de 2022



ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

| | |
|----------|----------------------|
| X | PRESTAÇÃO DE SERVIÇO |
|----------|----------------------|

1.1. Configura o objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa, devidamente credenciada, especializada na prestação de serviços de higienização, limpeza e desinfecção química de caixas d'água e reservatórios, nas unidades pertencentes a esta Secretaria Municipal de Saúde, com habilitação para limpeza em altura e em espaços confinados, incluindo o fornecimento de mão-de-obra especializada, materiais, produtos de limpeza e os equipamentos necessários para a execução do serviço, emissão de laudo técnico que comprove a execução do serviço e produtos utilizados, conforme condições e especificações contidas neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Faz-se necessária a contratação de empresa para a prestação de serviço de limpeza e higienização de caixas d'água e reservatórios, uma vez que para atender as determinações legais da ANVISA, bem como as previstas na Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde e na Resolução RDC nº 16, faz-se necessário a emissão de laudo técnico devidamente assinado por um responsável habilitado;

2.2. O serviço é essencial para o fornecimento de água tratada potável e de boa qualidade nas diversas unidades da Secretária Municipal de Saúde, bem como o cumprimento de orientações técnicas e exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

2.3. A essencialidade do serviço de limpeza de caixas d'água e reservatórios define-se com base nos pontos conservação de próprios e principalmente o quesito saúde, pois quando devidamente higienizados prolongam a vida útil dos equipamentos e fornece água nos padrões adequados aos usuários;

2.4. A presente contratação visa atender aos requisitos legais:

- Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério de Saúde;
- MN-353.R-0 – INEA – Manual de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água;
- Lei Estadual nº 1893/91 – Estabelece a obrigatoriedade de Limpeza e Higienização dos Reservatórios de Água para fins de Manutenção dos Padrões de Potabilidade;
- Decreto Estadual nº 20356/94 – regulamenta a Lei Estadual nº 1893/91.



3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. Descrição do objeto a ser contratado:

| ITEM | UND. | QUANT. | DESCRIÇÃO | PREÇO UNIT. | PREÇO TOTAL |
|--------------|------|--------|----------------------------|----------------------|---------------|
| 1 | Und. | 316 | Caixa d'água 1.000 litros | R\$ 73,61 | R\$ 23.260,76 |
| 2 | Und. | 4 | Caixa d'água 1.500 litros | R\$ 110,42 | R\$ 441,68 |
| 3 | Und. | 8 | Caixa d'água 2.000 litros | R\$ 147,22 | R\$ 1.177,76 |
| 4 | Und. | 4 | Caixa d'água 3.000 litros | R\$ 220,83 | R\$ 883,32 |
| 5 | Und. | 26 | Caixa d'água 5.000 litros | R\$ 368,05 | R\$ 9.569,30 |
| 6 | Und. | 2 | Caixa d'água 7.000 litros | R\$ 515,27 | R\$ 1.030,54 |
| 7 | Und. | 2 | Caixa d'água 10.000 litros | R\$ 736,10 | R\$ 1.472,20 |
| 8 | Und. | 2 | Cisterna 15.000 litros | R\$ 1.104,15 | R\$ 2.208,30 |
| 9 | Und. | 6 | Caixa d'água 20.000 litros | R\$ 1.472,20 | R\$ 8.833,20 |
| TOTAL | | | | R\$ 48.877,06 | |

4. VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O custo estimado global da presente contratação é de **R\$ 48.877,06** (quarenta e oito mil e oitocentos e setenta e sete reais e seis centavos).

5. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

5.1. A oferta de menor preço global o qual deverá ser igual ou inferior ao disposto cláusula 03 e que atenda as condições estabelecidas neste Termo de Referência, onde constam os quantitativos, preços unitários e valores máximos admitidos e à compatibilidade da proposta com a especificação técnica do objeto.

6. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

6.1. A despesa com a execução do objeto deste termo de referência correrá pela dotação orçamentária:

50.01.10.301.1113.6501 – Operacionalização das ações na Atenção Primária

7.CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. A prestação de serviços será desenvolvida de forma regular, planejada e programada, de acordo com o estabelecido pelo contratante;

7.2. Os serviços serão solicitados exclusivamente mediante Ordem de Serviço, e com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas;

7.3. Após a expedição da Ordem de Serviço, providenciar o agendamento prévio dos serviços com a Unidade de Saúde a ser atendida, evitando-se interferência nas suas atividades;

7.4. A execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios e caixas de água deve ser acompanhada por servidor designado pela Secretaria Municipal de Saúde, para a fiscalização dos trabalhos;

7.5. Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar o andamento dos trabalhos;

7.6. Materiais autorizados para a execução dos serviços: balde de plástico; esponja lisa; pano de algodão limpo; escova com cerdas arredondadas (não pode ser de aço); pá de plástico e hipoclorito de sódio (NaClO); bomba adequada;

7.7. Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;

7.8. Verificar antecipadamente em cada caixa e reservatório as condições de acessibilidade; o estado da caixa e da tampa, se a(s) bóia(s), registro(s) e tubulações apresentam defeitos; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificarem as irregularidades à fiscalização;

7.9. Não havendo possibilidade de execução dos serviços, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo as condições da caixa d'água ou reservatório indicando o(s) motivo(s) dessa impossibilidade;

7.10. Procedimentos de limpeza dos reservatórios e caixas d'água:

7.10.1 Fechar o registro, impedindo a entrada de água no reservatório ou caixa;

7.10.2 Utilizar a água da caixa ou reservatório até o limite do nível de saída, como forma de evitar o desperdício de água tratada;



7.10.3 Obstruir as saídas de distribuição, a fim de não introduzir lodo, sujeiras ou resíduos na tubulação;

7.10.4 Utilizar a água restante no fundo da caixa, depositada abaixo do nível da(s) saída(s) de distribuição, para a primeira limpeza;

7.10.5 Esfregar as paredes e o fundo da caixa com escova macia ou esponja; nunca utilize sabão, detergente ou outros produtos não autorizados;

7.10.6 Evitar comprometer a impermeabilização interna das bordas (paredes) e fundo da caixa ou reservatório;

7.10.7 Retirar a água suja resultante da primeira limpeza, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa;

7.10.8 Enxaguar a caixa ou reservatório com esguicho de água limpa;

7.10.9 Retirar a água suja resultante do enxágue, usando panos e baldes, ou sistema de sucção, deixando a caixa limpa; não permitir a saída de resíduos pela tubulação de distribuição;

7.10.10 Verificar o nível de limpeza da caixa ou reservatório, se necessário, repetir uma nova etapa de limpeza;

7.10.11 Promover a limpeza da tampa da caixa ou reservatório se houver;

7.10.12 Aguardar por duas horas até iniciar o processo de desinfecção;

7.10.13 Inspeccionar se existem possíveis fissuras ou trincas que possam provocar vazamentos e infiltrações e, em havendo, comunicar ao fiscal da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

7.11. Concluída a limpeza, executar os procedimentos de desinfecção dos reservatórios e caixas d'água:

7.11.1 Proceder a desinfecção química com solução de hipoclorito de sódio (NaClO) a 2,5 %, mantendo as paredes molhadas com o desinfetante durante duas horas, para eliminar bactérias patogênicas, germes e coliformes contaminantes da água;

7.11.2 Enxaguar as paredes da caixa ou reservatório com esguicho de água limpa, após duas horas de aplicação do desinfetante;

7.11.3 Eliminar o excesso de solução no fundo do reservatório retirando-o com o auxílio de pá de plástico, balde e panos, ou sistema de sucção.

7.11.4 Não permitir a saída de resíduos pela saída de distribuição de água limpa;



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

7.11.5 Verificar o nível de limpeza da caixa ou reservatório, se necessário repetir o enxágue;

7.11.6 Proceder à limpeza e desinfecção da tampa do reservatório ou caixa d'água;

7.12. Terminado o procedimento de limpeza e desinfecção, tampar a caixa ou reservatório;

7.13. Restabelecer o abastecimento de água tratada;

7.14. Colar etiqueta auto-adesiva, resistente a intempéries e indelével, no lado externo do reservatório ou caixa d'água, constando informações do serviço executado (data da limpeza e desinfecção, nome da empresa, nome do profissional);

7.15. Tampar adequadamente o reservatório ou caixa d'água, de forma a impedir a entrada de pequenos animais, insetos ou sujeiras;

7.16. Emitir laudo técnico, nos casos em que houver necessidade de certificação para o serviço de vigilância sanitária, com anotação de responsabilidade;

7.17. Fazer a retirada de telhas, onde for necessário para a execução do serviço, e sua adequada recolocação no final dos serviços, devendo ser repostas caso seja quebrada decorrente da execução dos serviços.

7.18. Proceder regularmente à limpeza e remoção de resíduos e do lixo resultante dos serviços, se houver, para local apropriado, evitando transtorno ao funcionamento das atividades da Unidade que recebeu o serviço;

7.19. Em hipótese alguma será permitido a utilização de ácidos ou qualquer outro tipo de material químico corrosivo que provoque danos aos reservatórios ou as caixas d'águas ou que comprometam a qualidade da água.

7.20. Possuir uma equipe treinada e certificada em NR 33 (Trabalhos em Espaços Confinados) e NR 35 (Trabalhos em Alturas) apta para realizar serviços de alta qualidade, dos reservatórios mais simples ao mais complexo.

7.21. Por ocasião da entrega final dos serviços em cada caixa de água ou reservatório, a fiscalização designada realizará vistoria de avaliação da qualidade com vistas ao aceite dos serviços ou, se for o caso, a execução de eventuais correções;

7.22. Após realização da limpeza, enviar um laudo técnico de laboratório credenciado pelo INEA, para colher amostras da água e detectar se a mesma está própria para o consumo humano.

7.23. Após a execução dos serviços a contratada deverá emitir um Comprovante de Execução de Serviços, com identificação do Responsável Técnico bem como código INEA, devendo afixar em local visível, juntamente com o resultado da análise bacteriológica, executados por laboratórios credenciados, atestando a realização da



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

higienização completa, seguindo os parâmetros legais, garantindo o consumo de água saudável e sem quaisquer riscos, constando data do serviço e sua validade.

7.24. Da Obrigatoriedade e Periodicidade da Execução dos Serviços

7.24.1 Faz-se necessário a limpeza semestral das caixas d'água e reservatórios, a fim de garantir seu pleno funcionamento e as condições de potabilidade da água (PORTARIA DE CONSOLIDAÇÃO Nº 5, DE 28 DE SETEMBRO DE 2017 - MINISTÉRIO DA SAÚDE), além de atender as determinações impostas pela fiscalização sanitária (Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004 - ANVISA).

7.24.2 Ainda, conforme MN-353.R-0 - Manual de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água, em seu item 5, a limpeza e desinfecção dos reservatórios de água deverá ser executada, rotineiramente, uma vez a cada 6 (seis) meses, ou sempre que for detectada qualquer contaminação, mediante prévia solicitação.

7.24.3 A empresa deverá concluir todo o serviço, ou seja, efetuar 2 (duas) limpezas em cada caixa D'água das unidades, não deixando de observar o tempo acima mencionado (a cada 6 meses), dentro do período contratual de 12 (doze) meses.

7.25. HORÁRIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.25.1 Os serviços serão realizados preferencialmente fora do horário comercial, ou seja, após as 17hs, de segunda a sexta feira, mediante agendamento e de forma não interferir nas atividades da Unidade a ser atendida;

7.25.2 Havendo necessidade, os serviços poderão ser realizados aos sábados, domingos e feriados, desde que previamente agendado;

7.25.3 Havendo impedimento na execução dos serviços, nas datas e horários agendados, proceder a remarcação com os fiscais para data mais próxima possível;

8. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido e aceito após sumária inspeção realizada pela Fiscalização da Administração (Secretaria Municipal de Saúde), podendo ser rejeitado caso desatenda as especificações exigidas no presente Termo de Referência;

8.2. A contratada deverá dar total garantia quanto à qualidade dos serviços executados, ficando obrigada a reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções comprovadamente fora das especificações técnicas discriminadas no presente Termo de Referência;

8.3. Os serviços serão recebidos pela fiscalização, de acordo com o art. 73 da lei nº 8.666/93, provisoriamente, para posterior verificação da qualidade e conformidade do objeto às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. De acordo com o disposto nos Art. 58, III e Art. 67, da lei nº 8.666/93, a execução do contrato administrativo cujo objeto é estabelecido no presente termo de referência será acompanhada e fiscalizada por servidor especialmente designado em Portaria da Secretaria Municipal de Saúde de Volta Redonda.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. A Contratante efetuará o pagamento à Contratada, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização. O pagamento será efetuado 20 (vinte) dias após o adimplemento do objeto, assim considerado a prestação dos serviços com a apresentação dos correspondentes documentos de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestados pela fiscalização da Contratante;

10.2. Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato;

10.3. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 20 (vinte) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação;

10.4. Em caso de atraso injustificado no pagamento, o valor será compensado financeiramente em 0,5% (cinco décimos por cento) de juros de mora por mês "pro rata tempore", contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento até a data do efetivo pagamento;

10.5. O valor do pagamento eventualmente antecipado será descontado na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês "pro rata die", contado da data de seu efetivo pagamento.

11. VIGÊNCIA CONTRATUAL

11.1. O prazo de prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência será de 12 (doze) meses.

12. REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Prova de capacidade técnica, mediante apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a execução serviços de pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

12.2. A(s) certidão(ões) ou atestado(s) deverá(ão) ser datado(s) e assinado(s) por pessoa física identificada pelo seu nome e cargo em exercício na entidade/empresa, bem como dados para eventual contato;



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

12.3. Empresa deve ser credenciada junto ao Serviço de Vigilância Sanitária Municipal, ou o seu correspondente, mediante apresentação de licença ou alvará, para a execução de serviços dessa natureza.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá, a contratante, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes penalidades administrativas:

13.1.1 Advertência, na hipótese de execução irregular do contrato que não resulte prejuízo para a Administração;

13.1.2 Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parcela do contrato não executada, por dia que exceder ao prazo previsto para entrega do objeto;

13.1.3 Multa administrativa de 10% (dez por cento), no caso de inexecução parcial ou total do contrato, aplicada sobre o valor da parcela do contrato não executada;

13.1.4 Suspensão temporária para licitar ou contratar com o Município de Volta Redonda pelo prazo de 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 (cinco) anos, no caso de fraude fiscal.

13.2. A aplicação das penalidades é de competência exclusiva da autoridade competente e será definida a partir das informações encaminhadas pela fiscalização em processo administrativo específico;

13.3. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa, suspensão temporária para licitar ou contratar; e de 10 (dez) dias úteis, na hipótese de declaração de inidoneidade;

13.4. As penalidades previstas são autônomas e suas possíveis aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 8.666/93.



Relação das Unidades Contempladas:

| LEVANTAMENTO DE RESERVATÓRIOS DE ÁGUA DAS UNIDADES DE SAÚDE | | | | | |
|---|------------------------|---|--------|----------------------|------------|
| ITEM | UNIDADE | ENDEREÇO | QUANT. | CAPACIDADE DE LITROS | OBSERVAÇÃO |
| 1 | UBSF 249 | AV:Europa, nº745, 245/ 249 | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 2 | UBSF SÃO LUCAS | AV: Vereador Francisco Evang. Delgado, Nº978, São Lucas | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 3 | UBSF SÃO CARLOS | AV: Florestal, Nº 195, São Carlos | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 4 | UBSF CONFORTO | AV: Nossa Senhora da Conceição, Nº363, Conforto | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 5 | UBSF EUCALIPTAL | Rua: Vereador Raimundo Diogo, Nº 341, Eucaliptal | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 6 | UBSF P.ALTA | Rua: Aurora Bezerra, Nº 463, Ponte Alta | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 7 | UBSF SIDERLÂNDIA | Rua: Onze, Nº 20, Siderlândia | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 8 | UBSF JD.BELMONTE | Rua: Conceição de Macabú, Nº 151, Jd. Belmonte | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 9 | UBSF BELMONTE | AV: Pelotas, Nº 149, Belmonte | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 10 | UBSF PADRE JOSIMO | Rua Conquista S/N | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 11 | UBSF RUSTICO | Rua: 75, Nº 80, Rústico | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 12 | UBSF MONTE CASTELO | Rua: 318, Nº 98, Sessenta | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 13 | UBSF SÃO GERALDO | Rua: Capitão Benedito Lopes Bragança, Nº796 | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 14 | UBSF ROMA I | Rua: Baobá, Nº 73, Roma I | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 15 | UBSF ROMA II | Rua: 7, Nº 139, Roma II | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 16 | UBSF SIDERÓPOLIS | Rua: 60, Nº 2000, Siderópolis | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 17 | UBSF V.RICA TIRADENTES | Rua: 20, 354, Vila Rica | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 18 | UBSF V.RICA T.POÇOS | Rua: 01, Nº 483, Vila Rica | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 19 | UBSF ÁGUA LIMPA I | AV: Felipe dos Santos, Nº 545, Água Limpa | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 20 | UBSF ÁGUA LIMPA II | Rua: Das Violetas, Nº 214, Água Limpa | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 21 | UBSF VILA MURY | Rua: Amazonas, Nº 276, V.Mury | 04 | 1.000 litros | Cada |
| 22 | UBSF AÇUDE I | Rua: Vereador Acácio da Rocha, Nº84, Açude | 04 | 1.000 litros | Cada |
| 23 | UBSF AÇUDE II | Rua: 04, Nº 56, Açude | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 24 | UBSF RETIRO I | Rua: Antonio de Almeida, Nº 1938, Retiro | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 25 | UBSF RETIRO II | Rua: Grandes Lojas, Nº 77, Retiro | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 26 | UBSF JD. C. AÇO | Rua: Frei Henrique Soares, Nº 183, Jd. Cidade do Aço | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 27 | UBSF BELO HORIZONTE | Rua: Nestório, Nº 311, Belo Horizonte | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 28 | UBSF COQUEIROS | Rua: D, Nº 45, Coqueiros | 03 | 1.000 litros | Cada |



| | | | | | |
|----|--|--|----|---------------|------|
| 29 | UBSF VILA BRASILIA | Rua : Nova Brasília, Nº 424, Vila Brasília | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 30 | UBSF VERDE VALE | Rua:Paraíso das Graças, Nº 73, Verde Vale | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 31 | UBSF JD. PARAIBA | Rua:546, Nº 95 A, Jd. Paraíba | 01 | 1.000 litros | cada |
| 32 | UBSF STA CRUZ | AV:Orlando Gerônimo Teles, Nº 130, Sta Cruz | 01 | 10.000 litros | Cada |
| 33 | UBSF STA RITA DO ZARUR | Rua: Lambari, Nº 215, Sta Rita Zarur | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 34 | UBSF VOLTA GRANDE | Rua: Sargento Paulo Moreira, Nº 175, Volta Grande | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 35 | UBSF STO AGOSTINHO | Rua : Soldado Francisco da Rocha, Nº 20, Sto Agostinho | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 36 | UBSF SÃO SEBASTIÃO | Rua: Dois, Nº 69, São Sebastião | 02 | 1.500 litros | Cada |
| 37 | UBSF SÃO LUIZ | Rua: Francisco Torres, Nº 82, São Luiz | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 38 | UBSF VILA AMERICANA | Rua : Estados Unidos, Nº324, Vila Americana | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 39 | UBSF N. PRIMAVERA | Rua: Ponciano Guimarães, Nº 12, Nova Primavera | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 40 | UBS CANDELÁRIA | Rua: Julio Torres, Nº 45, Candelária | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 41 | UBS DOM BOSCO | Rua: Deodoro da Fonseca, Nº 43, Dom Bosco | 02 | 2.000 litros | Cada |
| 42 | UBS CAIEIRAS | Rua: Da Imprensa, Nº 1150, Caieiras | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 43 | UBSF.S. JOÃO | Rua: Araribóia, Nº 332, São João | 02 | 2.000 litros | Cada |
| 44 | UBSF MARIANA TORRES | Rua:Alameda Trinta e dois, Nº0111, Mariana Torres | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 45 | UBSF TRÊS POÇOS | AV: Paulo Erlei A. Abrantes, Nº 1325, Três Poços | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 46 | UBSF JD. BELVEDERE | Rua: Romeuda Costa Vieira, Nº 127, Belvedere | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 47 | CEO Sto. Agostinho | Rua: Manaus Sto Agostinho | 04 | 1.000 litros | Cada |
| 48 | COC Aterrado/ Follow-up/Vigilância Sanitária | Rua: Gov. Luiz Monteiro .Portela, nº282 ,Aterrado | 01 | 7000 litros | Cada |
| 49 | CEO Tiradentes | Rua: Oitocentos e Cinquenta A- Jd. Tiradentes | 01 | 5.000 litros | Cada |
| 50 | COC V.Brasília | Rua: Nova Brasília -Vila Brasília | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 51 | COC Retiro | Rua: Tejo, 10,Retiro | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 52 | COC Eucaliptal | Rua: 228 A, Nº32, Eucaliptal | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 53 | COC Conforto | Rua: 4, Nº 361, Conforto | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 54 | COC Sta. Cruz | AV: Nossa Senhora do Amparo S/N Santa Cruz | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 55 | CEO Siderlândia | AV: Almirante Adalberto de Barros Nunes, Siderlândia | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 56 | Residência Terap.Sessenta | Rua: 53, Nº12, Sessenta | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 57 | Residência Terap. | Rua: 758, Nº 545, Casa de Pedra | 02 | 1.000 litros | Cada |



| | | | | | |
|----|-------------------------------------|--|----|---------------|------|
| | C de Pedra | | | | |
| 58 | Residência Terap. São Luiz | Rua:Célio Moreira ,Nº 720, São Luiz | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 59 | Residência Terap. Jd.Tiradentes | Rua:833, Nº60, Jd.Tiradentes | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 60 | CAPS V. Esperança | Rua:93 C,Nº193, Vila Sta Cecília | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 61 | Hosp.Nelson Gonçalves | Rua: Gov. Luiz Monteiro Portela, Nº 298, Aterrado | 01 | 20.000 litros | Cada |
| 62 | Hosp.Nelson Gonçalves/ Saúde Mental | Rua: Gov. Luiz Monteiro Portela, Nº 298, Aterrado | 03 | 1.000 litros | Cada |
| 63 | Hosp. Santa Margarida | Rua: São João Batista, Nº35, Niterói | 02 | 20.000 litros | cada |
| 64 | SPA Conforto | Rua: 02, Nº 267, Conforto | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 65 | SPA Sta Cruz | AV:Orlando Gerônimo Téles,Nº130 ,Sta Cruz | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 66 | CAPS Jd.Belvedere | Av. Álimo Antônio Francisco, 243 ,Jardim Belvedere | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 67 | CAPS AD. Saúde Mental | Rua:02,Nº 101/102, Conforto | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 68 | CAT- CA (Centro atend. Criança) | Av: Amazonas, Nº275, Vila Mury | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 69 | Usina dos Sonhos | AV: Mariana do Carmo Reis, Nº 283, Vila Mury | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 70 | Viva Vida | AV: Amazonas Nº 175 Vila Mury | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 71 | Prog.Saúde Mental | Rua : Gov. Luiz Monteiro Portela ,nº298, Aterrado | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 72 | Polo Ostomizado | Rua: A Nº 40 Parque das Ilhas | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 73 | Policlinica Melhor Idade | Rua: 548 Nº 95 Jd. Paraiba | 01 | 5000 litros | Cada |
| 74 | Farmacia Municipal | Rua: Edson Passos Nº 171 Aterrado | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 75 | UPA Santo Agostinho | Rua: 1017 Nº 660 Volta Grande II | 02 | 5.000 litros | Cada |
| 76 | Central de Ambulância | Rua: Alexandre Polastri Folho Nº 791 Ilha São João | 02 | 3.000 litros | Cada |
| 77 | Garagem | AV: Ministro Salgado Nº 620 Aero | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 78 | Academia da Saúde V. Brasília | AV: Nova Brasília Nº 317 V.Brasília | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 79 | Academia da Saúde V.Grande | Rua:1025 Nº 176 Volta Grande III | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 80 | Almoxarifado | AV: 7 de Setembro,Nº 78 Aterrado | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 81 | CDI | Rua: Dioneia Faria,Nº 390 Aterrado | 02 | 1.000 litros | Cada |
| 82 | Samu Vila | Rua : Dezesseis S/N Vila Sta Cecília | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 83 | Zoonose | Av: Paulo Erlein Abrantes Nº1223 Três Poços | 06 | 1.000 litros | Cada |
| 84 | Samu Retiro | Av: Antonio de Almeida S/ N Retiro | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 85 | Estádio da Cidadania 3º | Rua: 545 S/N Jd Paraiba | 09 | 5.000 litros | Cada |



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



| | |
|----------|-------|
| Processo | Folha |
| 1921/22 | |
| CPL | |

| | Andar | | | | |
|-------|-------------------------------------|---|--------------------|---------------|------|
| 86 | Samu Vila Rica Tiradentes | Rua: 22 S/N Vila Rica TIRADENTES | 01 | 1.000 litros | Cada |
| 87 | Estádio da Cidadania 5º Andar | Rua: 545 S/N Jd Paraíba | 01 cister na | 15.000 litros | Cada |
| 88 | SMS Antiga | Rua: 566,Nº 31 Nossa Senhora das Graças Aterrado | 09 | 1.000 litros | Cada |
| TOTAL | | | 185 | | |

***O levantamento do quantitativo da tabela acima foi realizado pelo setor da Manutenção/ DAL no ano: 2022. Responsável: Chefe de Setor de Manutenção Anderson Jovane Ferreira de Souza.**



ANEXO 02
MODELO DE PROPOSTA

À
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/PMVR
Rua São João Batista nº 35 – Bairro Niteroi
VOLTA REDONDA/RJ

Ref.: Pregão Eletrônico nº ____/2022

A empresa _____, com endereço na _____, nº ____ - Bairro _____ - Cidade _____, CNPJ nº _____, telefone _____, pela presente, propõe a prestar os serviços descritos no quadro abaixo, obedecendo as normas do edital licitatório em referência, assim como seus anexos, conforme condições seguintes:

| ITEM | QUANT | UNID | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | PREÇO UNIT. (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|-------|------|---------------|-------|-------------------|-------------------|
| 01 | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |

Preço Global: __.____, __ (__preço por extenso__)

Prazo de execução e entrega: ____ (_____) Conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital

Condições de pagamento: Conforme disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização desta licitação.

A proposta de preços deverá se feita em moeda corrente nacional, englobando todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto, tais como: mão-de-obra, materiais, equipamentos, carga e descarga, frete, estadia e alimentação dos funcionários, se for o caso, impostos, taxas ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, bem como o lucro.

Declaramos ainda que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

Dados Bancários: Agência _____, Conta Corrente _____, Banco _____
_____, ____ de _____ de _____

Nome e assinatura do representante legal



ANEXO 03
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ / _____ / FMS/SMS/PMVR.

A empresa _____, CNPJ/MF nº _____, sediada _____(endereço Completo)_____, declara que não possui, em nosso quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância a Lei Federal nº 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei nº 8666/93.

local e data

Assinatura sobre carimbo do
Representante Legal.

Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado da empresa proponente.

Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO 04
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____ / _____ /FMS/SMS/PMVR.

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE) _____, como representante devidamente constituído de (_____ IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE _____), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no item _____ (COMPLETAR) do Edital de Pregão Eletrônico nº _____/_____/FMS/SMS/PMVR, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de (ÓRGÃO LICITANTE) antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em _____ de _____ de 20_____.

Nome e assinatura do representante legal



ANEXO 05
MINUTA DE CONTRATO

MINUTA

CONTRATO Nº 000/2022/FMS/SMS/PMVR

TERMO DE CONTRATO Nº _____ que entre si celebram o Município de Volta Redonda, por intermédio do Fundo Municipal da Saúde e _____ para prestação de serviços de _____.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 39.563.911/0001-62, com endereço na Rua São João Batista nº 35 Bairro Niteroi, na cidade de Volta Redonda/RJ, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ROCHA, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade nº M-2570679, expedida pela SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº946.477.557-20, residente na Rua Moacir Barbosa, nº 159, Centro, Piraí/RJ, conforme Decreto Delegatório nº 16.530, combinado com o Artigo 9º, inciso III da Lei 8.080/90, de um lado, e, do outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, bairro _____, _____, _____, CEP: _____, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato por _____, _____, _____, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliado na _____, assinam o presente CONTRATO, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº _____/_____/FMS/SMS/PMVR, que se regerá, no que couber, pelas normas da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 15.893/2019 com as alterações introduzidas posteriormente e pelas cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de _____, conforme especificações discriminadas no Termo de Referência – Anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº ____/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR:

O valor global deste contrato é de R\$ _____, conforme proposta da Contratada discriminada no quadro abaixo:

| ITEM | QUANT | UNID | DESCRIÇÃO | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|----------------------------|-------|------|-----------|----------------------|-------------------|
| | | | | | |
| VALOR GLOBAL (R\$): | | | | | |



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor ajustado incluir todos os custos de: mão de obra, materiais e equipamentos, carga e descarga, frete, impostos, taxas ou quaisquer outros ônus federais, estaduais ou municipais, incluídos, bem como o lucro enfim, tudo o que for necessário para a perfeita execução deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas por reserva _____ nº _____/2022 através da dotação orçamentária nº _____.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS:

I - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, conforme disposto no § 1º do art. 2º da Lei 10.192 de 2001;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I – Os serviços objeto deste contrato deverão ser executados atendendo todas as especificações contidas no Termo de Referência, anexo I do edital do pregão eletrônico nº _____, que integra o presente contrato, independente de transcrição.

II – O objeto deverá ser executado e entregue em até _____(_____) dias, após o recebimento da nota de empenho.

III – Após 30 (trinta) dias de atraso na execução e entrega do objeto a partir do prazo estabelecido, sem que haja justificativa aceita pela fiscalizadora contratante, o contrato poderá ser rescindido, ficando a contratada sujeita as sanções prevista na cláusula décima primeira deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DO RECEBIMENTO:

I – O objeto deste contrato será recebido e aceito conforme disposto no artigo 73 da Lei Nº 8.666/93, após verificação realizada pela fiscalização da contratante, que comprove sua adequação as especificações constantes no termo de referência;

II – A fiscalização da contratante rejeitará as parcelas dos serviços que tenham sido executados em desacordo com as especificações do Termo de Referência, cabendo a contratada a obrigação de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.



| Processo | Folha |
|----------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

A execução do presente contrato será fiscalizada por servidor especialmente designado em Portaria da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com o disposto nos arts 58, III e 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A Contratante efetuará o pagamento Contratada, de acordo com os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização, o pagamento será efetuado 20 (vinte) dias após o adimplemento do objeto, assim considerado a entrega do bem com os correspondentes documentos de cobrança (nota fiscal/fatura) devidamente atestados pela fiscalização da Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O pagamento será efetuado, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informado pela contratada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura, o prazo de 20 (vinte) dias ficará suspenso, até que o documento seja regularizado, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em caso de atraso injustificado no pagamento, o valor será compensado financeiramente em 0,5% (cinco décimos por centos) de juros de mora por mês "pro rata tempore", contados a partir do dia seguinte ao seu vencimento até a data do efetivo pagamento;

PARÁGRAFO QUARTO: O valor do pagamento eventualmente antecipado será descontado na razão de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês "pro rata die", contado da data de seu efetivo pagamento.

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

I – A Contratada obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

II – A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

III – A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se tornem necessários, respeitados os limites previstos no parágrafo 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA VIGÊNCIA CONTRATUAL:



| Processo | Folha |
|------------|-------|
| 1921/22 | |
| CPL | |

O prazo de prestação dos serviços deste contrato sera de _____ (____) meses

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, pela inexecução total ou parcial do objeto, poderá a Contratante, garantida o contraditório e ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes penalidades administrativas:

- c) Advertência na hipótese de execução irregular do contrato que não resulte prejuízo para a Administração.
- d) Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre a parcela do contrato não executada, por dia que exceder o prazo previsto para entrega do objeto.
- e) Multa administrativa de 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial ou total do contrato aplicada sobre o valor da parcela do contrato não executada.
- f) Suspensão temporária para licitar ou contratar com o município de Volta Redonda pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de inexecução parcial ou total do contrato.
- g) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso de fraude fiscal.
- h) As penalidades previstas são autônomas e suas possíveis aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

A Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei Federal nº 8.666/93, sem que caiba a Contratada direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes. Quando a rescisão ocorrer, sem que haja culpa da Contratada, conforme previsto no art. 78, inciso XII e XVII da Lei Federal nº 8.666/93 será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, conforme previsto no prágrafo 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: As hipóteses de rescisão contratual deverão ser formalmente motivadas nos autos do processo, assegurado a Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:



| | |
|------------|-------|
| Processo | Folha |
| 1921/22 | |
| CPL | |

Fazem parte integrante do presente contrato, o edital de Pregão Eletrônico nº _____. e seus anexos, independente de transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO:

As partes contratantes, abrindo mão de qualquer privilégio, elegem o Foro da Comarca de Volta Redonda, RJ, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Volta Redonda,

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA ROCHA
p/CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXX
p/CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-